



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
CAMPUS JOÃO PESSOA  
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CAIO AUGUSTO CORREIA DE LIMA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO DE TRABALHO DE JOÃO  
PESSOA: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO DE UMA  
AGENTE DO TERCEIRO SETOR**

**João Pessoa**

**2022**

**CAIO AUGUSTO CORREIA DE LIMA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO DE TRABALHO DE JOÃO  
PESSOA: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO DE UMA  
AGENTE DO TERCEIRO SETOR**



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

**Orientador(a):** Prof. Ms. Giorgione Mendes Ribeiro Júnior

**JOÃO PESSOA  
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP  
Biblioteca Nilo Peçanha –IFPB, *Campus* João Pessoa

L732i Lima, Caio Augusto Correia.  
Inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho de João Pessoa : uma análise sobre a perspectiva de atuação de uma agente do Terceiro Setor / Caio Augusto Correia Lima. – 2022.  
40 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Unidade Acadêmica de Gestão - UAG.  
Orientadora: Prof. Me. Giorgione Mendes Ribeiro Júnior.

1. Mercado de trabalho. 2. Pessoas transsexuais. 3. Terceiro Setor. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDU 331.5:305



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA  
SECRETARIA ACADEMICA - CAMPUS JOAO PESSOA

PARECER 93/2022 - SAC/DDE/DG/JIP/REITORIA/IFPB

Em 20 de dezembro de 2022.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**CAIO AUGUSTO CORREIA DE LIMA**

Matrícula: 20182460009

**INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO DE TRABALHO DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO DE UMA AGENTE DO TERCEIRO SETOR**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** apresentado em 16/12/2022

no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

**Resultado: APROVADO**

**BANCA EXAMINADORA:**

*(assinaturas eletrônicas via SUAP)*

**Giorgione Mendes Ribeiro Júnior (IFPB)**

Orientador(a)

**Annuska Macedo Santos de França Paiva Maia (IFPB)**

Examinador(a) interno(a)

**Elaine Cristina Batista de Oliveira (IFPB)**

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Giorgione Mendes Ribeiro Júnior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 20/12/2022 17:20:46.
- **Annuska Macedo Santos de França Paiva Maia, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 20/12/2022 17:28:02.
- **Elaine Cristina Batista de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 20/12/2022 17:40:47.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código: 369656  
Verificador: 48250efac3  
Código de Autenticação:



**NOSSA MISSÃO:** Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

**VALORES E PRINCÍPIOS:** Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

## RESUMO

A presente pesquisa se insere no cenário em que consiste os mais variados processos de exclusão da pessoa trans na sociedade brasileira, quer seja pelo preconceito no seio familiar e no âmbito educacional, ou, até mesmo, pela falta de políticas públicas no que diz respeito a inclusão dessas no mercado de trabalho AGNOLETI, MELLO E NETO (2005); SPINELLI, COZZA, COSTA E JUSTI (2020); NUNES E MENEZES (2019). Nesse sentido, busca-se investigar qual o nível de oportunidades dadas às pessoas trans para ingressar no mercado de trabalho formal na cidade de João Pessoa - PB? Para isso, esta pesquisa tem como intuito compreender os seus desafios na inclusão no mercado de trabalho formal na cidade de João Pessoa. A pesquisa tem caráter qualitativo, do tipo estudo de caso e descritivo, tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada, com a gestora da ASPTTRANS-PB, que vem representando o terceiro setor na cidade de João Pessoa, no atendimento ao público de Travestis, Transexuais e Transfeminista. Como resultado, foi compreendido que a falta de inclusão destas trans no mercado formal de trabalho é um reflexo da escassez das políticas públicas para esta população e da violência que existe no meio familiar e escolar, tornando-as invisibilizadas. Tudo isso, porque foi possível perceber que nas falas da pessoa trans entrevistada, existe um elemento invisível que permeia as grandes estruturas, como as políticas públicas, a educação e o mercado de trabalho. Esse elemento invisível, se trata do preconceito, que, de acordo com a entrevistada, é encontrado na família, onde ocorre a primeira exclusão, conseqüentemente, na educação, e, sobretudo, no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Pessoa trans. Terceiro setor.

## ABSTRACT

The present research is part of the scenario in which the most varied processes of exclusion of the trans person in Brazilian society consist, whether due to prejudice within the family and in the educational environment, or even the lack of public policies with regard to inclusion in the labor market AGNOLETI, MELLO E NETO (2005); SPINELLI, COZZA, COSTA E JUSTI (2020); NUNES E MENEZES (2019). In this sense, we seek to investigate what is the level of opportunities given to trans people to enter the formal job market in the city of João Pessoa - PB? For this, this research aims to understand their challenges in inclusion in the formal job market in the city of João Pessoa. The research has a qualitative character, of the case study and descriptive type, having as an instrument of data collection a semi-structured interview, with the manager of the ASPTTRANS-PB, which has been representing the third sector in the city of João Pessoa, in serving the public of Transvestites, Transsexuals and Transfeminists. As a result, it was understood that the lack of inclusion of these trans in the formal labor market is a reflection of the scarcity of public policies for this population and the violence that exists in the family and school environment, making them invisible. All this, because it was possible to perceive that in the speeches of the trans person interviewed, there is an invisible element that permeates the great structures, such as public policies, education and the labor market. This invisible element is prejudice, which, according to the interviewee, is found in the family, where the first exclusion occurs, consequently, in education, and, above all, in the labor market.

**Keywords:** Labor market. trans person. Third sector.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01:</b> Resumo dos principais desafios da pessoa trans no mercado de trabalho .....	31
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASPTTRANS - Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba –

PL - Projeto de Lei

ONGs - Organizações Não-Governamentais (ONGs)

LGTBQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transsexual, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>LEIS E NORMAS DE COBERTURA A COMUNIDADE TRANSSEXUAL.....</b>	<b>11</b>
2.1	Sobre a mudança de sexo e adequação a identidade de gênero.....	11
<b>3</b>	<b>A HISTÓRIA DA TRANSSEXUALIDADE.....</b>	<b>13</b>
3.1	Exclusão social e profissional de pessoas transsexuais.....	14
3.2	Falta de oportunidade e exploração sexual.....	15
3.3	Políticas públicas.....	17
<b>4</b>	<b>O PAPEL DO TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>MÉTODO.....</b>	<b>21</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>
	<b>APÊNDICE A E B .....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda uma discussão muito pertinente na contemporaneidade, retratando sobre a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho na cidade de João Pessoa - PB. Esta temática se insere no contexto emblemático, trazido por Agnoleti, Mello e Neto (2005) que as características físicas da pessoa trans é visto de forma muito preconceituosa pela sociedade, tornando-se difícil a inclusão dessas no mercado de trabalho, restando, por muitas vezes, a prostituição como meio de sobrevivência.

Nesse sentido, as políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho para este público, é visto como um dos fatores que poderiam equiparar tal situação, mas é encontrada na pesquisa de Spinelli, Cozza, Costa e Justi (2020), como excludente, ou por não existir, ou por não ser cumprida, permitindo que a sexualidade se torne um quesito de diferenciação dos demais trabalhadores, indo, inclusive, contra os princípios constitucionais, que será exposto mais adiante.

Tal problemática, de acordo com Nunes e Menezes (2019), interfere na formação da pessoa trans, bem como na construção de sua identidade e de seu posicionamento político social. Por isso, esta pesquisa retrata sobre o universo da pessoa trans, discorrendo sobre o preconceito ao longo da história, e, sobretudo, a falta de direitos, principalmente no que diz respeito à inclusão no mercado de trabalho. Tais discussões vêm sendo problematizadas em variados campos da ciência, como: da sociologia, da assistência social, da psicologia, medicina e do direito.

No campo do direito, existe a Constituição Federal que respalda a pessoa trans de qualquer ato preconceituoso, especificamente no Art. 3º, que descreve no inciso IV - “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Mas, segundo interpretações, tais direitos são negligenciados, evidenciados nas pesquisas citadas, ao qual relatou variadas exclusões de teor preconceituoso a esse público.

Neste sentido, considerando os problemas citados, buscou-se investigar o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de oportunidades dadas às pessoas trans para ingressar no mercado de trabalho formal na cidade de João Pessoa - PB? Para tanto, busca-se como objetivo geral - compreender os desafios na inclusão no

mercado de trabalho formal das pessoas trans na cidade de João Pessoa. Para tal fim, elencamos os seguintes objetivos específicos: - Identificar o papel do poder público a partir das normas de inclusão no trabalho para as pessoas trans; - Entender o papel das entidades do terceiro setor no intermédio entre a população trans e o mercado de trabalho e compreender a visão da gestora da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba - ASPTTTRANS-PB, enquanto o grau de acesso que a pessoa trans tem no mercado de trabalho formal.

Esta pesquisa se tornou importante por desvelar sobre o universo da pessoa trans, evidenciando seus desafios na vida e principalmente no mercado de trabalho, com intuito do poder público desenvolver políticas que melhor se aplicam para esta realidade, visando a diminuição dos impactos causados pelo preconceito.

Como metodologia, buscou realizar uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso e descritiva, com adoção de uma entrevista semi-estruturada, aplicada a uma gestora da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba - ASPTTTRANS-PB, que vem representando o terceiro setor na cidade de João Pessoa, no atendimento ao público de Travestis, Transexuais e Transfeminista.

Sobre a estrutura da monografia, encontra-se dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro é denominado de Leis e normas de cobertura a comunidade transsexual, que aborda sobre os direitos da pessoa trans. O segundo retrata sobre a história da transexualidade, trazendo para discussões os processos de exclusão. O terceiro capítulo, foca no papel do terceiro setor e da sua importância para a comunidade trans. O quarto mostra como se deu o processo da pesquisa, enfatizando o processo metodológico. O quinto capítulo se refere à análise dos dados, revelando as problemáticas que permeiam o universo das trans na sua inclusão no mercado de trabalho formal, por fim, as considerações finais, que fazem um apanhado de todo trabalho, pontuando os principais resultados.

## 2 LEIS E NORMAS DE COBERTURA A COMUNIDADE TRANSEXUAL

A pessoa transexual pode, de maneira simplificada, ser definida como sendo aquele indivíduo sadio num sentido biológico, entretanto com a convicção de pertencer ao sexo oposto de sua morfologia, podendo ser biologicamente do sexo masculino ou feminino em sua origem. De acordo com Garii (2007) o termo transexual:

[...] se refere a uma pessoa que sente que ele ou ela pertence ao sexo oposto, seja um homem que, embora tenha nascido biologicamente do sexo masculino, se enxerga como mulher, ou uma mulher, em mesma situação, que se vê como homem [...]

As reflexões que buscam compreender todos os aspectos referentes à transexualidade, perpassam pelos mais diversos meios: a sociologia, a assistência social, psicologia, medicina e não obstante dessas, pelo direito, que é, inicialmente o alvo deste trabalho, com o intuito estabelecer um direcionamento de como está delineado o conjunto de leis e normas que acoberta a comunidade transexual.

Dito isso, Maluf (2013) diz que o direito personalíssimo, se trata da integridade humana, que dialoga não só com o aspecto físico, e, sim, busca um equilíbrio psicofísico de seu corpo, sendo caracterizado por meio do caráter unitário da integridade, que vai se integrando, neste caso, da pessoa trans, com o sexo externo (físico) e com o sexo interno (psico).

Nesse sentido, o direito à saúde se mostra como sendo um direito personalíssimo que busca respeitar, no sentido de conservar o direito à identidade de gênero e orientação sexual do transexual de modo unitário. Essa identidade de gênero é respaldada pelo art. 3º, IV, da Constituição Federal, consagrando o direito à igualdade, as diferenças e a não discriminação, correlacionados à livre expressão sexual (MALUF, 2013).

### 2.1 Sobre a mudança de sexo e adequação a identidade de gênero

No passado, o Conselho Federal de Medicina declarou a cirurgia de redesignação sexual inaceitável. Sendo que mais tarde, a ordem profissional alterou esse entendimento, tornando a cirurgia a medida correta e suficiente dos princípios da liberdade artística e do reconhecimento da dignidade humana, por meio da Resolução 1.955/10.

Sobre a cirurgia, o Conselho Federal de Medicina estipula que o cirurgião plástico, geneticista, neuropsiquiatra, endocrinologista, urologista, psicanalista e assistente social devem realizar avaliação médica antes de qualquer procedimento cirúrgico, após dois anos de observação conjunta e tratamento psicoterápico, isso, para uma pessoa maior de 18 anos. A operação deve ser realizada em hospitais universitários ou estaduais adequados ao estudo e com o consentimento voluntário do paciente.

Todo esse processo faz com que o transexual necessite de um procedimento de reintegração social e afetiva após a operação de transplante, com novos direitos personalíssimos, como o direito à saúde integral, que o transexual só alcançará se for submetido à cirurgia hormonal e receber legalmente um nome e gênero na alteração em seu registro civil. Isso porque, apesar da adequação e equilíbrio entre corpo e psiquismo gerados pela operação, é necessário a correta correlação do primeiro nome.

Sobre isso, cabe salientar que, recentemente foi criada uma Lei de Nº 14.382/2022, que permite que pessoas maiores de 18 anos possam mudar seu prenome e sobrenome, independentemente do motivo. Mesmo não sendo específico para pessoas trans, possibilita sua integração, permitindo tal público dar alguns passos, legitimando, pelos menos, a mudança do seu nome, conforme sua identidade, de se reconhecer como tal.

Com isso, a jurisprudência foi fortalecendo a noção do direito personalíssimo no sentido de adequar o sexo biológico ao sexo psicológico do transexual, pois ele não poderia conviver em conflito interno de negar seu corpo. E assim, crescendo a percepção de inclusão social a este grupo pesquisado, ficando proibida qualquer prática discriminatória que atente contra a dignidade da pessoa humana, como também, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, respaldado no artigo 1º da Constituição Federal.

Nesse sentido, o Estado vem para garantir amparo a todos, dando-lhes direito à vida, à identidade sexual, privacidade, confidencialidade, dignidade humana e a integridade física (harmonia morfológica e psicológica), mas, tal público vivem à margem da sociedade, que será explicitado melhor nas discussões seguintes.

### **3 A HISTÓRIA DA TRANSEXUALIDADE**

Para discutir o desenvolvimento histórico da transexualidade, nos referimos primeiro a Millot et al. (1988), que discute as primeiras informações sobre transexualidade publicadas em um artigo de revista doméstica francesa encontrado em um arquivo religioso por volta do século XVI, que conta a história de uma mulher que chegou, "como um homem" para Champagne, na França.

Outro exemplo de transexualidade, célebre na França, é o do Chevalier D'Eon/Madame Beaumont, excelente espadachim, que pertenceu ao serviço secreto francês e era alto funcionário do rei Luís XV (Bento, 2008, p. 13). Por 49 anos, Charles D'Eon de Beaumont foi uma mulher que, algumas vezes, vestia-se de homem. Pela maneira como vivia, parecia tratar-se de um homem, o que acabava provocando rumores públicos e dúvidas em relação a seu sexo.

Entre os casos de mudança de gênero, a pesquisa de Laqueur resgata a história de Germain Garnier, que viveu como uma menina. Esse fato foi relatado pelo cirurgião-chefe de Carlos IX, Ambroise Paré, e este não especifica, em seu relato, se o caso era de ambiguidade sexual ou mesmo de transexualidade.

Quando se pensa em termos atuais sobre esse texto escrito na Renascença, questiona-se o que acontece com o sexo quando o desempenho dos gêneros se torna indistinto, não operacionaliza. Nessa época, aquilo a que hoje chamamos de sexo e gênero é que está ligado a um círculo de significados, que torna impossível pensar em um suposto substrato. Segundo Laqueur (2001, pp. 164- 165), o suposto real e imaginário, o representativo e o verdadeiro, o falo e o pênis, estão irremediavelmente misturados.

No século XIV e XVII, período da Renascentista, os médicos consideravam que havia um sexo único, apesar de compreender que existia a manifestação de pelo menos dois sexos sociais. Portanto, os dois sexos tinham direitos e obrigações radicalmente distintos, ao qual relacionava aos graus mais altos ou mais baixos, da escala corpórea do ser (MOREIRA, MARCOS, 2019).

Já na metade do século XX, o termo “transexual” foi designado pelo doutor D. O. Caudwell, em 1949, por meio de um artigo publicado na revista de educação sexual de Gernsback, *Sexology* (hoje desaparecida). Nesse período, essa revista era subsidiada por esse mesmo editor, que publicava duas outras revistas: *Science Fiction* e *Sports Illustrated* (RAMSEY, 1998).

Somente em 1966 o conceito de gênero foi aplicado à androginia por Money (1955) em expressões como "papel de gênero" ou "identidade de gênero" ou identidade/função de gênero.

Em 1966, o Hospital Johns Hopkins anunciou a criação de uma clínica de identidade de gênero e realizou a primeira cirurgia de redesignação sexual em um caso transgênero. O conceito de identidade de gênero está intrinsecamente ligado à transexualidade. No entanto, este não é o primeiro caso desse tipo nos Estados Unidos. O urologista Elmer Belt já havia realizado uma série de cirurgias curtas de redesignação sexual em Los Angeles.

Até o final dos anos 1980, gênero não apenas se referia ao papel social e cultural do sexo biológico, mas também era usado para explicá-lo. A distinção entre sexo e gênero serviu à ideia de que o gênero é construído culturalmente, não importa o quão difícil o gênero pareça biologicamente. Essa proposição culmina no entendimento de que, “O gênero não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (Butler, 2016, p. 26).

Nesse contexto histórico e de estrutura social conservadora e heteronormativa, as pessoas transexuais, que eram vistas à margem da sociedade por não pertencerem e não se encaixarem na norma social, foram gradativamente marginalizadas e privadas de direitos civis básicos, como o emprego e a habitação.

Foi negada a essas pessoas a dignidade da sobrevivência e da adequada inclusão social, lhes tornando marginalizadas e obrigadas a optar por subempregos e opções de vida dos quais a prática lhes torna ainda mais vulneráveis socialmente.

### 3.1 Exclusão Social e Profissional de pessoas transsexuais

Há muito tempo, as pessoas trans vêm vivendo à margem da sociedade e sofrendo com enormes processos de exclusão. Faltam a estes indivíduos empregos, saúde, respeito, atingindo o núcleo da sua dignidade.

Além de serem submetidas à violência física, também temos a questão da moralidade pelas escolhas feitas e a incongruência com os valores do comportamento heterossexual. Peres argumenta em seu estudo que (2015, p.49):

Esta condição de serem colocadas à margem da sociedade traz a necessidade de se considerar um processo histórico e social que culmina na ideia de exclusão, processo pelo qual as pessoas são qualificadas com atributos negativos e desqualificadores de suas condições de cidadania. A exclusão social vivida pelas transsexuais apresenta componentes de ordem social como desemprego, miséria, fome, condições precárias de moradia, etc., mas também é atravessada por premissas de ordem moral, que condenam as suas escolhas dos modos de composição existencial (...)

A violência física, moral e estrutural por parte de indivíduos da sociedade e do Estado é comum e o que se observa é um desrespeito a igualdade de gênero, uma discriminação e exclusão decorrente das condições destes indivíduos.

Processos de humilhação e vexatórios fazem parte do cotidiano de pessoas trans, tornando real a percepção de várias situações em que estas pessoas se tornam vulneráveis ou, até mesmo, hiper vulneráveis. As diversas experiências de violência vivenciadas por travestis no Brasil são ainda mais fortes quando associadas a outras formas de estigma associadas ao fato de ser travesti, como ser pobre, negra ou portadora de HIV/Aids (PERES, 2015, p.45).

Tudo isso, vinculado a falta de políticas públicas, cria um cenário desesperançoso para estes indivíduos. A falta de oportunidades na educação, no emprego e na realização de uma vida digna como cidadãos, levam-lhes a margem da sociedade e a opção por alternativas de vida que vulnerabilizam ainda mais sua existência.

### 3.2 Falta de oportunidade e exploração sexual

Atualmente o trabalho nos remete, de forma mais crítica, a uma interação e inclusão do indivíduo trabalhador ao meio social e econômico, efetivando deste modo a sua dignidade. O dinheiro dele proveniente interferirá em sua vida, na de seus familiares e será um meio de integração social. Um desempregado não sentirá, portanto, apenas dificuldades financeiras, da mesma forma ele irá se ausentar do seio da sociedade, interferindo no seu convívio social.

Temos, desta forma, o trabalho como parte integrante do processo de inclusão social e do próprio processo de desenvolvimento. Assim, fortalece Cecato

(2011, p.27) que o trabalho representa, antes de tudo, fator de bem-estar econômico. Esse bem-estar é, entretanto, mais amplo que o econômico.

Entretanto, em meio a tantas dificuldades e desafios enfrentados pelas pessoas trans, como a discriminação, a exclusão social, a estigmatização que carregam, estas encontram-se à margem nas relações de trabalho, tornando-se na maioria das vezes, invisíveis aos olhos do Estado.

Não há que se falar em oportunidades de trabalho sem qualificação, principalmente sem educação. Pessoas trans enfrentam as dificuldades ainda no ambiente escolar, e na maioria das vezes não o suportam o cenário de preconceito, tornando um obstáculo para a vida profissional e inclusão laboral. Assim, bem destaca Andrade (2015, p.138):

A travesti sendo identificada como anormal, um monstro, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e /ou psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética.

A primeira “tentativa de remediação” ocorre em casa, na família, a segunda na sala de aula através dos professores, “a escola, que se apresenta como uma instituição que não pode resistir à diversidade e à pluralidade, é uma das principais controladoras das normas de gênero e produtor de heterossexualidade” (BENTO, 2011, p. 555).

A discriminação contra pessoas trans na contratação de empregos formais é constante e um dos principais motivos é a aparência, que culmina na qualificação profissional insuficiente. Diante da invisibilidade, essas pessoas acabam exercendo alguma atividade estigmatizada, como a prostituição.

A prostituição não é considerada uma profissão para maioria das mulheres trans, e sim uma atividade transitória, o que pode ser profundamente intensificado pela falta de regulamentação legal da matéria e o forte estigma relacionado a atividade (OLIVEIRA, 2014. p. 13). Para elas, a prostituição, além de ser fonte de renda e sustento, é um ambiente social para viver, vestir e se comportar da forma que melhor lhes convier.

Nesses trabalhos arriscados, elas se submetem a exploração sexual em troca de sobrevivência. Algumas cometem furtos e acabam vendo neste modo de vida um

caminho mais fácil para se sustentar. A margem da sociedade, muitas acabam presas e reféns de um cenário que não foi sua ideia inicial de vida. Excluídas, esquecidas e abandonadas pelo sistema o fim de muitas pessoas trans é a morte, acompanhada do conceito de uma estrutura social que define este resultado como fruto de suas escolhas, como se houvesse escolha para elas.

### 3.3 Políticas públicas

É nesse contexto de exclusão social, nos mais diversos âmbitos que se apresenta a necessidade de um Estado atuante no sentido de mitigar essas injustiças e desigualdades, promovendo dignidade e oportunidade as pessoas trans.

As políticas públicas, entendidas como as diretrizes governamentais expressas nas ações realizadas pelos agentes públicos, servem como orientação e princípios norteadores para as ações dos poderes públicos.

Historicamente, eles foram desenvolvidos por grupos sociais no poder. Ao longo da história de nosso país, o poder esteve, em grande parte do tempo, nas mãos das elites brancas que são heteronormativas, altamente educadas e altamente concentradas em suas rendas.

O espaço dado às questões de gênero e diversidade é recente. É preciso superar a dicotomia “feminino” e ampliar o debate de gênero para incluir o grande número de pessoas que permanecem marginalizadas. Políticas públicas voltadas para isso precisam reconhecer a identidade de gênero e propor ações diferenciadas para as pessoas trans.

Nesse sentido, o Estado está tentando de alguma forma se adequar à realidade de que esses grupos são mais visíveis. No entanto, seu comportamento é paliativo e não permanente. As políticas públicas implementadas, mesmo os avanços judiciais e administrativos, ainda não podem garantir o pleno exercício da cidadania, nem mesmo o respeito à dignidade humana, pois ainda se baseiam em ideias retrógradas que precisam ser desconstruídas, reavaliadas e reencenadas. Quanto ao envolvimento do Legislativo, é notável a baixa mobilização deste poder em assuntos relacionados ao tema (PEDRA, 2018, p. 223).

Nos últimos anos, algumas mudanças vêm ocorrendo no sentido de trazer mais benefícios e dignidade as pessoas trans, e apesar de ainda serem discretas,

essas mudanças são importantíssimas para o alcance de um cenário onde haja oportunidade a essas minorias.

Em março de 2018, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal autorizou, em decisão histórica, a alteração de registro nome e gênero no assento de registro civil sem a necessidade de realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo ou de decisão judicial, segundo agência Brasil (2018). Essa é uma mudança muito importante no reconhecimento da identidade de pessoas trans, mas ainda precisa ser regulamentado e, mais uma vez, demonstra a necessidade de atuação do Judiciário para garantir direitos sobre os quais o legislativo insiste em se omitir.

É importante destacar também a iniciativa de alguns estados e municípios no sentido de estimular a criação de novas políticas públicas nas demais esferas. Um exemplo disso, é que em um contexto de exclusão social e vulnerabilidade de travestis e transexuais, bem como o déficit de empregabilidade, o Programa Transcidadania, criado pela Prefeitura de São Paulo, junto com o Centro de Combate a Homofobia, volta-se para a capacitação e inclusão no mercado de trabalho da população atingida, possibilitando a emancipação econômica e a transformação da realidade dos assistidos, bem como proteção dos direitos humanos. Trata-se, assim, de uma política pública que se operacionaliza por meio da capacitação, inclusão no mercado de trabalho e fortalecimento da cidadania.

É nesse contexto que as políticas públicas estatais, são consideradas importantes para a inclusão desse grupo, porém, o terceiro setor também se apresenta como essencial nesse sentido, porque realiza atividades que muitas vezes o estado não conseguiu encampar.

#### **4 O PAPEL DO TERCEIRO SETOR**

O terceiro setor, formado principalmente por fundações privadas e associações de interesse público, é um grupo de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de interesse social, com autonomia e auto governança, cujo principal objetivo é fazer um trabalho voluntário com a sociedade civil para seu aperfeiçoamento. Também é chamado de setor solidário ou social e ocupa posição estratégica em qualquer sociedade que se interesse pelo desenvolvimento social e

pela consolidação de valores democráticos, pluralistas e que se dedique à solidariedade humana.

Antes de qualquer relação de importância e vínculo entre o terceiro setor e a comunidade Trans, é importante compreender do que se trata essa camada econômica e de que forma ela se constitui dentro desse cenário.

O terceiro setor é essencialmente formado por fundações privadas e associações de interesse social, como também, um conjunto de pessoas jurídicas de interesse social sem fins lucrativos, dotadas de autonomia e administração própria, com objetivo principal a atuação voluntária junto à sociedade civil buscando o seu aperfeiçoamento.

Haja vista o entendimento do conceito de Terceiro Setor, tem-se a relação que se estabelece entre ele e sua atuação em prol da comunidade trans, através de sua capacidade de absorver, para si, a responsabilidade do aperfeiçoamento da sociedade Civil.

Em meio às inúmeras mudanças do cenário social, o terceiro setor emerge no Brasil como expressão de um contexto no qual: o espaço público está cada vez mais esvaziado; a reivindicação de direitos torna-se um emblema para cada vez mais pessoas; o Estado é percebido como ineficiente no atendimento às demandas sociais; surgem cada vez mais organizações que representam a insatisfação de grupos excluídos; a sociedade civil ganha destaque na articulação com a ordem estatal e a noção de responsabilidade social se sobressai e passa a abarcar um número crescente de segmentos da sociedade (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009).

A ausência de políticas públicas efetivas no amparo às camadas sociais menos favorecidas, força a sociedade a se mobilizar através de outras estruturas de apoio. A presença do Estado como ferramenta de redução de todos os aspectos que compõem a exclusão social de pessoas transsexuais, é ainda mínima e profundamente distante das ações necessárias para transformação e inclusão dessas pessoas numa conjuntura social adequada.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se destacam pela atuação na solução de problemas sociais que, por sua vez, não têm sido resolvidos satisfatoriamente pela governamentalidade do Estado, tampouco contemplados pelo mercado capitalista por seu arbítrio e seletividade perversos (ROHM, 1996).

É nesse cenário que essas organizações desempenham um papel fundamental de intermediação. Diversas delas espalhadas pelo Brasil atuam nesse sentido promovendo um enfrentamento ao preconceito e buscando um resgate social para pessoas trans em situação de extrema vulnerabilidade, efetivando ações nos âmbitos político, jurídico, cultural e de saúde.

As ONG's se espalham pelo país buscando fazer aquilo que é uma obrigação do Estado de garantir integridade e humanidade a essas pessoas. Entre as ações destaca-se a promoção de cursos de nivelamento de escolaridade para conclusão dos estudos em nível médio e a possibilidade de acesso as universidades, parcerias com empresas privadas para reinserção no mercado de trabalho, assistência social e psicológica para pessoas trans e suas famílias no processo de transição e de aceitação familiar, promoção de cursos técnicos profissionalizantes no intuito de dar a estas pessoas uma possibilidade de atuar no mercado de trabalho através do empreendedorismo e retirar cada vez mais esse indivíduos do caminho da prostituição e do cenário de marginalização (NARDI et al., 2013)

Na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, tem-se a representação do terceiro setor como agente intermediário da solução de lacunas sociais referentes às pessoas Trans através da ASPTTRANS-PB, Associação das Travestis e Transsexuais da Paraíba.

Desde 19 de outubro de 2002, a ASPTTRANS vem agindo no combate ao preconceito, à discriminação e à violência contra travestis, transgêneros e transexuais, objetivando promover uma cultura de respeito à diversidade humana, cultural e sexual, e pela paz. Com referência no Direitos Humanos, vem ainda, fomentando o aprendizado por meio do Centro de Inclusão Digital e do Projeto Escola de Fábrica, entre outras ações voltadas ao público em geral, em especial aos segmentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transsexual, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual - LGBTQIA+.

Em maio de 2011, a associação teve participação ativa na inauguração do Centro de Referência dos Direitos as Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero - LGBTs e Combate à Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT). Neste mesmo momento a portaria nº 32.159/2011 foi assinada pelo então governador do estado da Paraíba, Ricardo Coutinho. A portaria assegura o direito ao tratamento nominal e a inclusão do nome social em todos os procedimentos, atos e registros estaduais relativos a

serviços públicos prestados em âmbito estadual. Assegura também que toda travesti, homem transexual ou mulher transexual que seja servidor público possa utilizar o nome social no exercício de sua função e estende ainda às escolas da rede de ensino público estadual que também devem incluir o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares para garantir o acesso, a permanência e o êxito dessas pessoas no processo de ensino e aprendizagem.

Tendo sido caracterizada a problemática na qual as pessoas transsexuais estão inseridas e a organização que auxilia esse público na cidade de João Pessoa, busca-se para o próximo capítulo, apresentar como foi desenvolvido a pesquisa, apresentando a abordagem, o método, os procedimentos e a técnica de análise, isso para que, posteriormente mostre os resultados, analisando-os com base na fundamentação teórica.

## **5 MÉTODO**

A pesquisa consistiu em analisar os desafios de inclusão da comunidade trans a partir da percepção da gestora de uma entidade do terceiro setor voltada ao acolhimento do público-alvo no município de João Pessoa em confronto com o cenário ideal trazido pela legislação e pelo referencial teórico.

Quanto aos seus objetivos pode-se classificar a pesquisa como descritiva, posto que foram identificadas as características de um determinado fenômeno (os desafios da inclusão das pessoas trans). Vergara (2009) aduz ser o objetivo da pesquisa descritiva realizar um estudo, uma análise, um registro e uma interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador e sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

Quanto aos procedimentos pode-se dizer que é uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, pois procurou aprofundar o conhecimento sobre uma realidade específica. Esse tipo de pesquisa propõe-se a obter a informação imediatamente com o público-alvo investigado. O pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas, pois ela exige dele um contato mais direto (GIL, 2008).

Quanto à abordagem a pesquisa se classifica como qualitativa, pois os estudos denominados qualitativos têm como característica básica a análise do

mundo empírico em seu ambiente natural. Nesse tipo de abordagem prioriza-se o contato direto do pesquisador com o ambiente e o fenômeno que está sendo estudado (GODOY, 1995). Segundo Brumer et al (2008) o estudo qualitativo examina com profundidade as qualidades de um fenômeno apresentado. Para o presente estudo, os dados coletados foram estruturados e analisados nessa perspectiva qualitativa, uma vez que se trabalhou com análise de conteúdo de maneira a evidenciar as conquistas alcançadas com o estudo, apontar a relação entre os fatos verificados e a teoria, além de apontar possíveis limitações e considerações.

A pesquisa teve como participante tão somente a gestora da ASPTTRANS-PB. Segundo Gondim (2003), as pesquisas qualitativas não têm o mesmo formalismo previsto para as pesquisas quantitativas em relação à representatividade da amostra, posto que até em amostras pequenas pode-se alcançar os objetivos da pesquisa.

Para coleta de dados, na perspectiva em que esta pesquisa foi configurada, optou-se pela utilização da técnica da entrevista semiestruturada, uma vez que valoriza a comunicação e a possibilidade do pesquisador aprofundar mais nas questões em relação aos questionários ou a entrevista estruturada, tendo em vista propiciar uma interlocução aberta e acessível em torno da temática em análise (LAKATOS, 2009).

Os participantes foram contatados via mensagens pelo WhatsApp e a entrevista se deu na Sede do Cordel, Av. Duque de Caxias 59, às 11h do dia 09/09/2022 onde a participante foi esclarecida sobre a natureza da pesquisa e a necessidade de gravação de suas falas em áudio para posterior transcrição e análise.

Para análise dos dados aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, tomando como referências o trabalho de Silva e Fossá (2015), uma vez que essas autoras propõem um *modus operandi* que facilita essa construção. Porém, importa dizer que a opção por tal referência, também se deve ao fato dos autores terem levado em consideração as três fases mencionadas por Bardin (1977), quais sejam a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos dados a inferência e a interpretação dos mesmos, uma vez que o trabalho desta autora sobre análise de conteúdo segue sendo uma referência para quem adota esse método.

## 6 ANÁLISE DE DADOS

Busca-se para este capítulo, dar voz às pessoas trans, evidenciando as problemáticas que perpassam em seus universos, sendo silenciadas, e, por vezes, alvo de diversos ataques, aumentando os desafios de viverem incluídas em uma sociedade sem preconceito. Para este capítulo, tem como intuito compreender sobre os desafios das pessoas trans na inclusão no mercado de trabalho formal na cidade de João Pessoa, percorrendo sobre a narrativa de uma entrevistada, que é a atual coordenadora da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba – ASPTTTRANS- PB.

A entrevistada, que é coordenadora da ASPTTTRANS- PB, tem formação em fisioterapia, mas gosta de apresentar-se que sua formação foi constituída pela universidade da vida. Ela vem representando o terceiro setor na cidade de João Pessoa, no atendimento ao público de Travestis, Transexuais e Transfeminista. Atualmente tem 54 anos, se denomina travesti e sempre foi militante de movimentos sociais, precisamente - 32 anos de atuação, mas só assumiu a coordenação da associação no ano de 2020.

A entrevistada ao ser questionada sobre quais as principais atividades desempenhadas pela organização, pelas ASPTTTRANS-PB? Ela relatou que até hoje vem - “assistindo um grupo de mulheres trans e travestis que vivem em extrema vulnerabilidade”, no sentido de precisar de assistência para compensar inúmeros processos de exclusão. Como foi relatado na fundamentação teórica, que as trans vivem à margem da sociedade, que segundo Peres (2015, p. 49) diz que o processo de invisibilidade das pessoas trans, acarretam sua vulnerabilidade de âmbito social. Por isso, a importância do terceiro setor, em prestar assistência a esse público, ao qual vêm lutando por melhores condições ao longo da história, tendo que enfrentar as barreiras impostas, pela sociedade e pelo poder público.

Como é o caso das trans no âmbito educacional e no mercado de trabalho. Foi problematizado na fundamentação teórica que faltam a estes indivíduos empregos, educação, saúde e respeito, que são direitos básicos, porém, negligenciados por uma estrutura política e educacional excludente. A falta de tais

direitos não é diferente da realidade desta amostra, pois muitas trans estão fora do mercado de trabalho, e, sobretudo, da escola.

Nesse sentido, a escola tem um papel muito relevante no processo de inserir as trans no mercado de trabalho. Sobre o mercado de trabalho, foi perguntado a entrevistada: no seu ponto de vista hoje, frente ao público que você atende, quais os principais ramos de serviços hoje que oferecem vagas para esse público? Foi exposto pela entrevistada várias problemáticas, e uma delas foi:

Então, hoje, eu não posso cobrar de um espaço que ofereça emprego porque eu não tenho essa pessoa capacitada, então, muitas vezes, acontece disso, da minha população não estar capacitada para aquela questão do mercado de trabalho.

Nessa narrativa, compreende-se sobre a necessidade da educação na construção de uma sociedade mais consciente e instruída, mas para este público existe um negligenciamento, que segundo Amorin, Rocha e Diniz (2019, p. 10) “Quando falamos em políticas educacionais voltadas a essa comunidade, chega-se à conclusão de que se é nula”. Sem tirar o descaso no âmbito escolar, que parte de um preconceito estrutural e vai desaguando nas subjetividades, na negação da família, na não aceitação no mercado de trabalho e no interior das escolas. Sobre tais processos de exclusão, a entrevistada relata: “Elas não têm direitos, então elas acreditam que geralmente não têm direitos... ela só tem obrigações”.

Por não ter uma política para dialogar de forma eficaz, minimizando o impacto da exclusão, na construção de estratégias, como: materiais pedagógicos, campanhas de conscientização e entre outros, esse público fica desassistido na escola, que poderia ser um espaço de acolhimento. E a negação, o negligenciamento e o silenciamento destas, pode ser um dos indicadores da tamanha evasão. Sobre isso, a entrevistada relatou:

Eu sei que, infelizmente, devido ao contexto familiar, a maioria da minha população evade da escola. Mas ela evade da escola porque ela já sofreu a primeira violência dentro de casa. E, sofrer a segunda violência dentro do espaço escolar... é muito difícil ela se manter nesse espaço.

Compreende-se o papel importante da escola, sendo um elemento básico, que pode estar instruindo o público trans para melhores condições, no que diz

respeito à inserção no mercado de trabalho. Mas, sobretudo, existem casos que uma trans, mesmo sendo instruída, com duas formações e falando mais de um idioma, é alvo da exclusão, como exposto pela entrevistada:

E eu, no caso, tenho uma mulher trans, preta, periférica, com duas graduações, fala dois idiomas, mas eu não consigo um emprego para essa pessoa. Pelo simples fato de ela não estar dentro das normas heteronormativas, que alguém criou algum dia, e disse que essas pessoas tinham esses seus direitos. Então, pessoas pretas, pessoas gordas, pessoas que não estão dentro de um padrão, ditado pela sociedade, elas vão ter muito mais dificuldade. E a população de travestis e transexuais, muito mais, porque ela tem a ousadia de dizer que não era aquele ser que foi determinado ao nascimento.

Percebe-se que em tais falas existe um elemento invisível que permeia as grandes estruturas, como as políticas públicas, a educação e o mercado de trabalho. Esse elemento invisível, se trata do preconceito. A engrenagem que vai se estruturando, por meio de variados elementos, que permite não só fortalecer o funcionamento do sistema, mas, sobretudo, de mantê-lo em um constante movimento, que poderia permitir a inclusão das trans no âmbito social, mas é impedida, pois tem a existência de um elemento invisível, que se materializa gerando grandes estragos, inclusive, desumanos, que é o preconceito. Lembrando que existe a Constituição Federal que respalda a pessoa trans de qualquer ato preconceituoso, que é estabelecido no Art. 3º, mas, como já foi dito, é negligenciado.

Amorin, Rocha e Diniz (2019, p. 10) diz “[...]enquanto não houver uma intervenção estatal quanto a permanência e processo de aprendizagem das mulheres transgênero, transexuais e travestis, não haverá completa efetivação de seus direitos [...]”. Por isso a importância da luta, de possibilitar a visibilidade destas, no olhar humano, e, sobretudo da existência de uma política que garanta a inclusão sob um processo de desconstrução destes preconceitos estruturados em nossa sociedade.

Essa questão de possibilitar a visibilidade das trans é um assunto em que pauta a entrevistada, pois a mesma, problematiza que o mercado de trabalho ainda é viável, quando as trans estão nos bastidores, com a seguinte fala:

Mas, emprego, na verdade, eu questiono a quem ouvir... eu queria que vocês me apontassem aonde tem uma mulher travesti, transexual, trabalhando diretamente com o público. Aonde tem uma mulher travesti,

transexual, sendo gerente de um banco... por mais qualificada que ela esteja. Então, houve uma higienização da população dos homens gays. E aí, não é uma crítica, mas dizendo que a população higienizou, por causa da questão de ser... por ter nascido com o sexo biológico masculino. Então, como eles não transgridem, então, na verdade, eles não vão sofrer a transfobia que, na verdade, é a misoginia, por estar dentro de um padrão que seria do heteronormativo.

Na citação acima, revela mais um problema no universo das trans, mostrando que os processos de exclusão, quando não é dado de uma forma, é exposto de outra forma. Nessa situação, se trata das trans inseridas no mercado de trabalho, mas não em espaço de visibilidade, ou seja, mais uma vez, as trans sendo silenciadas e invisibilizadas. As problemáticas são inúmeras, pois não apenas se trata de inserir no mercado de trabalho, mas de toda construção que antecede o mercado de trabalho, envolvendo família, política e educação. A entrevistada deu uma importância maior para educação, enfatizando sobre as crianças e adolescentes de “reivindicarem todos os dias para conseguir estar no espaço, que é o da educação, que ainda é o mais importante que existe, embora, a gente não tenha nenhuma garantia”.

Contudo, compreende-se que os relatos da entrevista revelam que os desafios da pessoa trans no mercado de trabalho, encontram-se em um sistema preconceituoso, exposto em um resumo com os principais desafios no quadro abaixo.

**Quadro 01:** Resumo dos principais desafios da pessoa trans no mercado de trabalho

Eixo	Falas da entrevistada sobre os desafios
Políticas públicas	“Elas não têm direitos, então elas acreditam que geralmente não têm direitos... ela só tem obrigações”
Família/educação	“Eu sei que, infelizmente, devido ao contexto familiar, a maioria da minha população evade da escola. Mas ela evade da escola porque ela já sofreu a primeira violência dentro de casa. E, sofrer a segunda violência dentro do espaço escolar... é muito difícil ela se manter nesse espaço”.
Mercado de trabalho	“ eu queria que vocês me apontassem aonde tem uma mulher travesti, transexual, trabalhando diretamente com o público. Aonde tem uma mulher travesti, transexual, sendo gerente de um banco... por mais qualificada que ela esteja. Então, houve uma higienização da população dos homens gays. E aí, não é uma crítica, mas dizendo que a população higienizou, por causa da

	<p>questão de ser... por ter nascido com o sexo biológico masculino. Então, como eles não transgridem, então, na verdade, eles não vão sofrer a transfobia que, na verdade, é a misoginia, por estar dentro de um padrão que seria do heteronormativo.”</p>
--	---

**Fonte:** construído pelo autor

No quadro, especificamente na primeira coluna e linha, mostra a escassez das políticas públicas para esta população, isso na fala da entrevistada, expressando sobre a falta de direitos. No que diz respeito a família e educação, é relatado sobre a primeira violência no contexto familiar e a subsequente, na educação, gerando números altos de alunos evadidos. Por fim, o mercado de trabalho, sendo mais um reflexo do preconceito, expondo a invisibilidade da pessoa trans.

Portanto, pode-se perceber que o objetivo geral levantado no começo deste trabalho, que teve como intuito de compreender os desafios na inclusão no mercado de trabalho formal das pessoas trans na cidade de João Pessoa, revelou, na parte dos resultados, que tais desafios foram permeados de preconceitos, fazendo com que a pessoa trans passasse por variados processos de exclusão, que não inicia no mercado de trabalho, aliás, o mercado de trabalho é a consequência da exclusão na família, por parte do poder público e na escola. Com isso, a presente pesquisa atende aos objetivos elencados na parte introdutória.

Dada as problemáticas relatadas pela entrevistada, entende-se que a luta é necessária. Lutar pela educação e por uma política eficaz, é também lutar por melhores condições, na esperança de ocupar um espaço de privilégio e não marginalizado.

Nesse sentido, Maakaroun (2020) com base em Paulo Freire, disse que: “O ato de educar é um ato político, pelo qual os marginalizados alcançam a compreensão de sua realidade, aprendem a lutar por seus direitos e vislumbrar a superação das relações de opressão” (ESTADO DE MINAS, 2020, p. 1). Dessa forma, entende-se que a educação, quando é libertadora, pode permitir que a pessoa trans tenham consciência da luta e busque um caminho de superar as relações de opressão. Para concluir esta etapa da pesquisa, segue abaixo uma nuvem de palavras com um resumo das expressões mais faladas na entrevista.



condutor, se denomina de preconceito, que é invisível, pois não é material, mas ao mesmo tempo visível, porque vai se materializando em instâncias de poder e gerando exclusão. Se trata de um paradoxo que precisa ser melhor aprofundado nos estudos seguintes.

Portanto, entende-se que em meio a uma realidade difícil, lutar se torna uma arma poderosa para derrubar as barreiras que as excluem deste sistema. Lutar por uma educação inclusiva, que no lugar de excluir, conscientiza politicamente e acolhe. Isso porque, uma sociedade conscientizada, pode gerar menos preconceito e mais aceitação, sobretudo, na família, no mercado de trabalho, em espaço de poder e de visibilidade.

Essa luta vem sendo organizada pela comunidade LGBTQPIA+, onde obtiveram algumas conquistas que foi se materializando em políticas públicas, como por exemplo a cirurgia, a mudança de nome, e entre outros. Sabe-se que muitas coisas precisam ser feitas, como: projetos de conscientização para minimizar toda esta construção cultural cheia de preconceito, mais políticas que permita a inclusão da pessoa trans do mercado de trabalho, e outros.

Em meio ao caos, busca-se finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, com uma frase, que diz:

“É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperar. Por que tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. “Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva”. Já esperar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperar” (FREIRE, 1992, apud CABRAL, 2015, s.p.)

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Clara Pinheiro Silva; ROCHA, Thiago Da Silva; DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves. Evasão Escolar de Mulheres Trans e Travestis: uma análise acerca da (in)existência de políticas públicas educacionais. VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2019.

BARDIN, L.. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BENTO, B. A. M. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. Lei Nº 14.382 de 2022. Esta Lei dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), de que trata o art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, bem como moderniza e simplifica os procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos, de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), e de incorporações imobiliárias, de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2022/lei/L14382.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/L14382.htm) > Acesso em 06/11/2022.

BRASIL. Lei Nº 6.015, de 31 De Dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm) > Acesso em 06/11/2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUMER, Anita et al. A elaboração de projeto em Ciências Sociais. In: PINTO, Celi Regina Jardim (org.). Ciências humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CALEGARE, M. G. A. e SILVA Jr., N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. Revista psicologia política [online], v.9, n.17, p. 129-148, 2009.

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FREIRE, P. (1997). Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4ª ed. (1ª edición: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARII, Barbara. "Transgender Movement." Encyclopedia of Activism and Social Justice, 2007.

GODOY, A. S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, p. 57-63, 1995.

LACAN, J. (1955-1956). A questão histórica (II): "O que é uma mulher?". In J. Lacan. *O seminário 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAAKAROUN, Bertha. Para decifrar a obra de Paulo Freire. Estado de Minas, 2020. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/02/21/interna\\_pensar,1123348/para-decifrar-a-obra-de-paulo-freire.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/02/21/interna_pensar,1123348/para-decifrar-a-obra-de-paulo-freire.shtml)> Acesso em 09/11/2022.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. Revista de estudos feministas, n. 22, v. 1, 297-320, 2014.

MILLOT, C. *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta, 1992.

MILLOT, C. et al. *Transexualidade; identidade feminina: transcrição 1*. (2a ed.). Salvador: Fator, 1988.

MONEY, J. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: psychologic findings. *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, 1955.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. Breve Percurso Histórico Acerca da Transexualidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, ago. 2019. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a13.pdf>> Acesso em 06/11/2022.

NARDI, H.; SILVEIRA, R.; MACHADO, Paula S. (Orgs). *Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NUNES, Vanessa Bezerra; MENEZES, Kelly Maria Gomes. *Transgredindo o Mercado de Trabalho: desafios a população travesti e trans feminina*. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019.

RAMSEY, G. *Transexuais: perguntas e respostas*. São Paulo: Summus, 1998.

ROBERT, P. *Le petit Robert: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Le Robert, 2012.

ROUDINESCO, E., & Plon, M. *Dicionário de psicanálise*. V. Ribeiro & L. Magalhães (Trads.), M. A. C. Jorge (Ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROHM, R. H. D. *A matriz sócio-política brasileira e as organizações não-governamentais: cartografias do devir*. 110p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), EBAP/ FGV, 1996.

SÁ, Maria de Fátima Freira de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. *Bioética, biodireito e o Código Civil de 2002*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Andressa Henning; FOSSA, M. I. T. *Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. *Qualit@s (UEPB)*, v. 17, p. 1-14, 2015

STOLLER, R. J. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

SPINELLI, Renan de Paula; COZZA, Joicimar Cristina; COSTA, Ederson Ribeiro; JUSTI, Mirella Martins. *Transgêneros: Transcendendo o Mercado de Trabalho*. Aracatuba, 2020.

TEIXEIRA, Bruno Farias. *Diversidade e Inclusão nas Organizações: o desafio da inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho formal*. Trabalho de conclusão de curso pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

### **APÊNDICE A – Entrevista (Versão inicial)**

- 01 - Quais são as atividades desenvolvidas pela associação?
- 02 - Quais são os ramos de serviços que mais oferecem vagas as pessoas trans? E os que menos oferecem?
- 03 - Dificuldades encontradas no recrutamento e seleção? E facilidades?
- 04 - Diferenciação entre homens e mulheres trans no trabalho.
- 05 - Parcerias com o poder público?
- 06 - Expectativa para o futuro das pessoas trans no mercado de trabalho em João Pessoa?

### **APÊNDICE B – Entrevista (na íntegra)**

TRANSCRIÇÃO - ÁUDIO 01:

Resposta a 1ª pergunta: primeiramente, eu queria saber de você hoje, qual seu papel, hoje na ASPTTRANS-PB de atuação, qual sua área de atuação e quais são as principais atividades desempenhadas pela organização hoje?

[00:00:25]

Então, hoje eu venho de uma instituição, antes denominada de ASTRAPA, que era a Associação das Travestis da Paraíba, mas, devido a questão da pandemia, e devido as novas nomenclaturas, a gente readequou o nome para ASPTTTRANS, que é a Associação de Pessoas Travestis e Transexuais no Estado da Paraíba, que é justamente para a gente englobar todas essas letras. Inclusive a H, que são os héteros. Porque a gente... eu nasço, na verdade... Eu sempre fui militante dos movimentos sociais. Hoje eu sou uma mulher travesti de 54 anos, então, eu venho dessa luta já há bastante tempo. Mas aí eu senti essa necessidade quando nós tínhamos uma guerreira... e eu sempre fui das bases. Quem atuava na linha de frente era Fernanda Benvenutty, que tem várias políticas públicas feitas aqui nesse Estado. E aí o que eu fiz foi continuar, meio que impostamente... Na verdade, eu vim para esse espaço impostamente, porque no dia dois de fevereiro de dois mil e vinte ela chega a falecer e, automaticamente, eu precisei ficar à frente da Escola de Samba a qual ela coordenava, e a gente se deparou com a pandemia. Então, no dia vinte e três de março eu me tornei coordenadora da ASPTTTRANS, Associação de Pessoas Travestis e Transexuais... Estamos até hoje assistindo um grupo de mulheres trans e travestis que vivem em extrema vulnerabilidade.

[00:02:00]

Resposta a 2ª pergunta: quais as principais atividades desempenhadas pela organização, pelas ASPTTTRANS-PB?

[00:02:08]

Então, hoje a nossa... continuar com essa questão que vem da... Não vem do poder público, mas sim da sociedade civil, que é a continuação da distribuição de cestas básicas. Tem diminuído um pouco, porque as pessoas têm entendido que não existe mais essa questão da vulnerabilidade. Eu não sei como é que fizeram esse recorte, mas a gente continua assistindo as mulheres trans e travestis. E aí, no meio desse tempo, a gente fez algumas parcerias. Quais são as parcerias? Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, redes que puderam nos assistir. Hoje eu faço parte das Mulheres do Brasil, que é feito por Luiza Trajano. E aí a gente "tá" tentando inserir o que? A gente tá tentando inserir novamente essas meninas no mercado, de volta para a escola. E aí eu tenho contraproposta para educação, que, na verdade, é assim: talvez tentar trazer essas meninas de volta, mas na verdade é manter essas pessoas pelo menos que estão agora na escola com alguns decretos de lei que a gente tem, como o nome social, como o respeito a questão do banheiro. Então, é mais fácil a gente manter aquelas pessoas que estão, né, no período escolar, do que trazê-las de volta. Então, hoje a grande atuação é mais com a questão do judiciário, formação de pessoas que trabalham com assistência social e segurança pública para que entendam a singularidade de ser uma mulher travesti, uma pessoa transsexual no país.

[00:03:47]

Entrevistador refaz a pergunta (então, hoje a principal atividade da organização é essa intermediação entre os poderes públicos?) e ela confirma:

[00:03:53]

Sim, hoje a gente faz... Transita com muita facilidade para que essa população seja inserida, minimamente, nos direitos que são de qualquer cidadão.

[00:04:05]

FIM DA TRANSCRIÇÃO – ÁUDIO 01

TRANSCRIÇÃO - ÁUDIO 02:

Resposta a 1ª pergunta: Nessa parte, eu queria entender de vocês, quais são as principais parcerias hoje que vocês têm com poder público?

[00:00:07]

Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Secretaria de Desenvolvimento Humano, porque a gente usa a área da assistência social. Estamos dialogando com a Segurança Pública para fazer formações, principalmente nessa questão de abordagem de pessoas travestis e transexuais. E precisa voltar, na verdade, para o sistema prisional. Para tentar ver quanto de violência e vulnerabilidade essas meninas estão sofrendo dentro do sistema prisional. Hoje eu sou funcionária de uma instituição que trabalha com criança e adolescente. Sou a única travesti que trabalha no Brasil com criança e adolescente, coordenando um eixo que se chama Eixo Diversidade. Então, eu tenho muito cuidado no respeito a questão da singularidade de cada criança e adolescente. Geralmente criança e adolescente que está dentro, cumprindo medida socioeducativa.

[00:01:07]

Resposta a 2ª pergunta: entre esses órgão do poder público, quais você enfrenta maior dificuldade?

[00:01:14]

Segurança pública. Porque? na maioria das vezes, por estarmos num país extremamente machista, misógino, então eu vou encontrar... Não que esse machismo e essa misoginia não seja reproduzida por mulheres. Elas são reproduzidas por mulheres sim. Mas quando a minha população se depara com homens que se declaram heteros cisgêneros, e aí, em conformidade com o que se tem pregado ultimamente, dessa questão da família tradicional brasileira... E quanto a demonização dos nossos corpos e da nossa existência, então, hoje, um dos maiores desafios, é a segurança pública.

[00:02:00]

Resposta a 3ª pergunta: em que nível os poderes municipais, estaduais cooperam hoje com a causa?

[00:02:07]

Hoje, assim, se você falar em percentual, é muito baixo. É abaixo de um. Então, eu dizia que é zero vírgula dois por cento... a gente consegue avançar. Porque eu consigo adentrar nos espaços porque a sociedade me higienizou e eu sou uma travesti que gosto de me declarar como travesti com privilégios. Então, eu tive privilégio de nascer numa família abastada de condições financeiras, estudei em colégios particulares. Então, as pessoas usaram de suas hipocrisias para me higienizar e fingir que eu não existia, então elas não me atacavam. Porque, de acordo com o seu poder aquisitivo, as pessoas fazem as suas leituras. Então, hoje eu digo que assim que a gente, para além dos preconceitos que as pessoas têm, ainda existe uma hipocrisia muito grande. E aí a gente precisa mudar esse cenário porque, hoje em dia, essa questão de demonizar nossos corpos tá mais forte porque ele foi legitimado por um desgoverno por várias questões e as pessoas puderam expressar os seus ódios muito mais fácil. E aí o ódio é geralmente contra o feminino. Então, toda vez que uma mulher travesti, uma mulher transexual é morta, são todas as mulheres, não importa se ela é transgênero, travesti ou cisgênero... São violências... É um feminicídio. Mas, infelizmente, ainda não é reconhecido como feminicídio pela justiça. A gente tem uma certa dificuldade de usar a delegacia das mulheres por não entendimento de que a gente tem... que a gente constitua família, de que a gente sofra essas violências. Então eles preferem dizer que, quando uma mulher travesti, uma mulher transexual é morta, é um homicídio. E ainda existe uma questão: a gente, muitas vezes, com nome e gênero readequado. a gente é desreferendada. No meu caso, se eu for encontrada morta amanhã, na verdade, eles vão dizer que é o homicídio de um homem, mesmo eu tendo nome e gênero readequado, porque eu nunca quis fazer a readequação. Então, vai para muito além do entendimento. Eles entendem que ser mulher é ser uma genitália. E aí gente nunca reivindicou o espaço de ser estar feminina. Desse espaço feminino, de gerar filhos, de espaço de menstruação. As pessoas precisam entender que a gente nunca reivindicou esse espaço. A gente reivindica o espaço de ser mulher. Ai eu só faço repetir a frase que a gente não nasce mulher, a gente se torna.

[00:04:53]

Resposta 4ª pergunta: então, no seu ponto de vista hoje, essa dinamica de falta de leis, ainda, que contemplem e falta de mobilização do poder público em enquanto executivo

governador, prefeito, essas questões, reflete o preconceito da sociedade?

[00:05:10]

É, elas, na verdade, referendam o preconceito da sociedade. E aí a gente precisa pensar como é que a gente tá votando, quem a gente tá colocando nesses espaços. A gente tem pouquíssimas pessoas que se identificam com a letra LGBTQPIA+, não desreferendendo os heterossexuais. Nós temos aqui no Estado um desses políticos que é heterossexual, fez uma das melhores leis que a gente tem hoje em dia, que é a falta de respeito a identidade e orientação dos espaços públicos e dos espaços privados. Então, a gente tem pessoas que são empáticas, tem empatia com as causas. Mas, infelizmente, a gente precisa mudar esse cenário. Esse cenário de ódio e que passa a desreferendar. Porque, hoje em dia, o recorte que foi feito é que o cristão ele tem... A pessoa que se diz cristã ela tem o direito de me julgar. Então esse julgamento que esse cristão faz, hoje em dia, ele me referenda a ser morta e legítima esse assassinato. Então, a gente precisa mudar esses conceitos. E aí, de cristão, eu entendo muito, porque eu sou filha, neta, sobrinha de pastores extremamente conservadores neste Estado. E aí eu não aprendi que ser cristão é dessa forma. Então, a gente precisa, agora, já que a gente tá fazendo hoje, 9 de setembro de 2022... a gente precisa pensar como a gente vai mudar essa realidade. E a única arma que a minha população tem é o voto. Mas, infelizmente, a gente faz.... Eu preciso dizer que o voto não será consciente. Porque essa população foi impedida de acessar a educação. E, às vezes, você sem a educação e sem a informação, você termina sendo uma máquina para justamente essas pessoas que prometem, e aí termina sendo reproduzida essa massificação de tanto ódio, de tanto desgoverno, por não saberem em quem votar. E aí é por desconhecimento mesmo, por falta de oportunidade.

[00:07:38]

FIM DA TRANSCRIÇÃO – ÁUDIO 02

TRANSCRIÇÃO - ÁUDIO 03:

Resposta a 1ª pergunta: Agora, especificamente falando sobre o mercado de trabalho, no seu ponto de vista hoje, frente ao público que você atende, quais os principais ramos de serviços hoje que oferecem, que tem oferecido, vagas para esse público?

[00:00:20]

Olha, falando sinceramente, eu acho que estamos avançando os séculos e a pessoas continuam insistindo em dizer que... não nos referendam nos espaços de empregabilidade. Eu sei que, infelizmente, devido ao contexto familiar, a maioria da minha população evade da escola. Mas ela evade da escola porque ela já sofreu a primeira violência dentro de casa. E, sofrer a segunda violência dentro do espaço escolar... é muito difícil ela se manter nesse espaço. Então, hoje, eu não posso cobrar de um espaço que ofereça emprego porque eu

não tenho essa pessoa capacitada, então, muitas vezes, acontece disso, da minha população não estar capacidade para aquela questão do mercado de trabalho. Mas a gente precisa entender, também, que esse recorte acontece porque as pessoas fizeram com que o entendimento das pessoas travestis e transexuais fosse limitado. Elas não tem direitos, então elas acreditam que geralmente não têm direitos... ela só tem obrigações. Agora, nessa época que estamos vivendo, época de período eleitoral - e aí eu sei que não tô fazendo nada para a campanha eleitoral – mas eu costumo dizer que essas pessoas... a gente começa a se tornar visível. Enquanto, no restante das outras políticas, a gente é invisível. E aí, o que é que acontece muito, e que fui chamada atenção... Nós tivemos bons tempos para a gente construir decretos e transformar em leis, mas, hoje em dia, nesse cenário em que a gente vive, e que precisa passar por uma casa legislativa, onde o ódio, o falso ser cristão, o questionamento, o posicionamento da pessoa é o que vale, a gente só vai, na verdade, retroceder. Retroceder sempre. Hoje, eu tenho uma população de pessoas trans e pessoas travestis que eu acompanho desde a primeira infância, quando os pais me procuram para entender. Na verdade, a minha conversa é mais com os pais do que com as crianças. As crianças, na verdade, eu sirvo mais como identificação, porque eu não sou da área da psicologia e nem sou da área da assistência social, então eu não faço esse papel. É mais para ajuda dos pais, para ajudarem essa criança e esse adolescente a entenderem a mudança desse corpo e lutarem, na verdade, reivindicarem todos os dias para conseguir estar no espaço, que é o da educação, que ainda é o mais importante que existe. Embora, a gente não tenha nenhuma garantia. E eu, no caso, tenho uma mulher trans, preta, periférica, com duas graduações, fala dois idiomas, mas eu não consigo um emprego para essa pessoa. Pelo simples fato de ela não estar dentro das normas heteronormativas, que alguém criou algum dia, e disse que essas pessoas tinham esses seus direitos. Então, pessoas pretas, pessoas gordas, pessoas que não estão dentro de um padrão, ditado pela sociedade, elas vão ter muito mais dificuldade. E a população de travestis e transexuais, muito mais, porque ela tem a ousadia de dizer que não era aquele ser que foi determinado ao nascimento.

[00:03:53]

Resposta a 2ª pergunta: em linhas gerais hoje o mercado de trabalho se comporta como um só, na oferta de emprego, todos repetem o mesmo padrão? Em linhas gerais, hoje não temos um segmento que se sobressaia ao outro, na oferta de oportunidades?

[00:04:07]

Nós, à vezes, assim... Existe um recorte dos homens trans, que é diferente da história das mulheres transexuais. Os homens trans, por ter vivido durante a infância, quanto ao sexo determinado ao nascer, eles foram mais presos. Porque, fazendo uma síntese, na verdade, a mulher ela não tem direito de se expressar, não tem nada disso. Então, termina aquela pessoa, que nasceu com o sexo biológico feminino, a ela foi mais impostas algumas questões. Então, elas terminam, por causa dessas imposições - e aí, eu não estou legitimando essas imposições, elas terminam usando... de conseguir chegar, pelo menos, ao ensino médio. Nós, mulheres travestis, transexuais, nascemos com o sexo biológico predeterminado como masculino, então, existe uma máxima aqui no Nordeste, que é assim: “prendam suas cabritas, que meu bode anda solto”. Então, soltavam-se os meninos. Então, houve uma rebeldia, e uma rebeldia legítima de mulheres travestis e transexuais, para lutarem por esses direitos. Então, hoje, eu, aos 54 anos, eu tô colhendo algumas rebeldias

minhas e tô vendo refletida nas meninas de hoje em dia, que conseguem transitar, deixaram de ser criaturas noturnas, como as pessoas queriam que a gente fosse, e estão nos espaços. Mas, emprego, na verdade, eu questiono a quem ouvir... eu queria que vocês me apontassem aonde tem uma mulher travesti, transexual, trabalhando diretamente com o público. Aonde tem uma mulher travesti, transexual, sendo gerente de um banco... por mais qualificada que ela esteja. Então, houve uma higienização da população dos homens gays. E aí, não é uma crítica, mas dizendo que a população higienizou, por causa da questão de ser... por ter nascido com o sexo biológico masculino. Então, como eles não transgridem, então, na verdade, eles não vão sofrer a transfobia que, na verdade, é a misoginia, por estar dentro de um padrão que seria do heteronormativo.

[00:06:32]

Resposta a 3ª pergunta: então, no mercado de trabalho a diferença entre as oportunidades ofertadas para homens trans e mulheres trans?

[00:06:39]

Existe, mas, mesmo assim, ainda é um subemprego. Porque, na verdade, o emprego que é ofertado é de call centers. E aí, eu não tô desqualificando a questão do call center, estou dizendo que, quando você fala com uma pessoa que está no call center, você não está vendo essa pessoa. Você está se relacionando com a voz. Então, pode ser uma mulher, pode ser um homem, pode ser uma pessoa que nasce hétero, cisgendera, trans ou não, você não está vendo, então, na verdade, o que as pessoas querem é nos blocarem em alguns espaços que seja escondido, para que a gente não tenha visibilidade. E aí, as desculpas são as mais variadas possíveis: "Eu não contrato porque eu não sei se meu público vai aceitar", "Eu não aceito, porque eu não sei como é que as pessoas vão aceitar." E, na verdade, o conceito não precisa partir do seu cliente, tem que partir de você.

[00:07:37]

FIM DA TRANSCRIÇÃO – ÁUDIO 03

TRANSCRIÇÃO - ÁUDIO 04:

Resposta a 1ª pergunta: frente a essas dificuldades no mercado de trabalho, da sociedade, dessas tentativas repetidas de invisibilizar o público, quais são suas expectativas para o futuro de pessoas trans, mulheres trans, homens trans, no ingresso formal de trabalho? qual sua expectativa para esse público no futuro próximo ou mais distante?

[00:00:27]

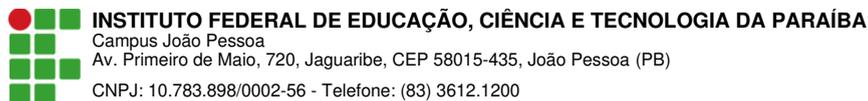
Olha, eu acho... Eu não vou ser negacionista. Para imediato, eu não vejo nenhuma mudança. Eu acho que nós precisamos mudar o conceito das pessoas hoje, porque a travesti de 50 anos atrás não é a mesma travesti de hoje. Porque eu não tinha acesso à informação, eu não sabia como me posicionar na sociedade, eu não tinha os direitos adquiridos, como direito a nome, retificação de nomes, retificação de gêneros, estar em espaços de poderes, conversar com pessoas do judiciário, com pessoas que se dizem normais. Porque as pessoas costumam dizer que nós não somos normais. E aí eu costumo perguntar: quem é que é uma pessoa normal? Se alguém conhecer, me apresente, por gentileza, porque eu não conheço. Então, eu acho que o que a gente precisa fazer, na verdade, é preparar, para a geração de hoje, não é para a geração de amanhã, porque a criança é a de hoje. A gente precisa mudar, primeiro, automaticamente, que são essas formas de pensar quanto aos seus conceitos. Aí são seus conceitos religiosos, seus conceitos de valores e tudo mais. Porque senão nós vamos ter uma sociedade, daqui a 30 anos, extremamente adoecida e legitimando, cada vez mais, a morte do outro. Então, uma mulher travesti preta, nos espaços de poderes, eu, talvez, não veja nesta encarnação - porque eu acredito em encarnações - mas eu acredito que daqui a uns anos eu veja uma mulher travesti sendo presidente, estando nos espaços. Nós temos algumas mulheres travestis que estão dentro dos espaços, como a Erika Hilton. Mas só ela sabe das dores e das delícias de estar como Deputada. O que ela passa. E aí, é uma fala que eu vou fazer no geral: toda pessoa que está no feminino vai ser desreferendada. Ela é minoria enquanto mulher trans, mas ela é mulher, mas ela não é acompanhada pelo resto da bancada que é mulher e que também passa pela mesma misoginia. Então, enquanto não houver um entendimento de que mulheres trans e travestis e mulheres transexuais sofrem as mesmas violências que uma mulher que nasce biológica, a gente não vai avançar. Infelizmente, eu não gostaria de dizer isso que o que pode acontecer, mas o que acontece hoje em dia: muitos suicídios de jovens e adolescentes que se reconhecem nessa questão da travestilidade, da transexualidade. E muitas pessoas sendo assassinadas. Porque 36 anos de expectativa de vida para uma população é muito pouco. Só por causa de uma condição, porque isso não é uma escolha. Jamais uma pessoa que esteja com uma orientação que não seja do heteronormativo e que tenha uma identidade de gênero, jamais foi uma escolha. Essa pessoa nasceu nessa condição e aí ela vai se permitir vivenciá-la ou não. E aí vai ser o meio dela que vai fazer isso. Então, sem o direito a educação. Primeiro, sem o direito de estar no ceio familiar e sem o direito a educação, essa pessoa não vai chegar em lugar nenhum. Porque, na verdade, é uma pessoa que deixa de sonhar. É uma pessoa que vai envelhecer - quando chega na velhice - doente, sem ter recolhido nenhum tributo, porque ela não tem essa informação, e sem conseguir mercado de trabalho, porque ela não está apta ao mercado de trabalho. Mas aí a culpa não é dela, a culpa é da sociedade. E se alguém achar estranho, qualquer outra pessoa, se alguém começar a se incomodar se fulano é gordo, se fulano é preto, se fulano é branco, se fulano é trans, se fulano é hétero, se fulano é isso, é aquilo outro... Não somos nós que estamos doentes, é o seu olhar que está doente, então, quem tem que se tratar é você, não sou eu.

[00:04:38]

FIM DA TRANSCRIÇÃO – ÁUDIO 04

FIM DAS TRANSCRIÇÕES





## Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

### EntregaTCC- CaioAugustoCorreiaeLima

**Assunto:** EntregaTCC- CaioAugustoCorreiaeLima  
**Assinado por:** Caio Correia  
**Tipo do Documento:** Tese  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Ostensivo (Público)  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Caio Augusto Correia de Lima, ALUNO (20182460009) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA, em 26/12/2022 13:01:05.

Este documento foi armazenado no SUAP em 26/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 704735  
Código de Autenticação: 590ac1d308

